

## A PERSPECTIVA DISCURSIVA DA SINTAXE NO ENSINO

---

ROBERTO LEISER BARONAS\*

---

### RESUMO

Neste artigo, com base na análise do discurso de orientação francesa, buscamos, num primeiro momento, refletir sobre a possibilidade de um tratamento discursivo dos adjuntos adverbiais; num segundo momento, discutimos a possibilidade de compreender os enunciados concessivos de um ponto de vista discursivo. Por último, muito rapidamente, refletimos sobre a necessidade de incorporação de um tratamento didático desses elementos no ensino do português com o objetivo de formarmos leitores mais atentos à fabricação de consensos pela mídia.

PALAVRAS-CHAVE: discurso, sintaxe, advérbio, enunciado concessivo, mídia.

---

### PRIMEIRAS PALAVRAS

Antes de entrar na “ordem arriscada do discurso acadêmico”, gostaria de trazer a esta cena enunciativa uma pequena narrativa contada recentemente por uma aluna de doutorado, numa das aulas da disciplina que ministrei no semestre passado no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A aluna me disse que, algumas semanas atrás, quando dava uma aula de Língua Portuguesa no ensino médio, solicitou a seus alunos que fizessem um exercício, preenchendo lacunas com a transcrição escrita do som das onomatopeias. Dentre os sons solicitados, estavam, inicialmente, o do telefone e, por último, o do relógio. A resposta óbvia esperada era *trimmmmmmmmm*, para o primeiro, e *tic-tac*, para o segundo.

---

\* Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Araraquara. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso. Atua nos Programas de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e no Mestrado em Estudos de Linguagem (MeEL), da Universidade Federal de Mato Grosso.

E-mail: <http://www2.ufscar.br/home/index.php>

Entretanto, para o telefone apareceram inúmeras respostas, menos o *trimmmmmmmmm*; para o relógio, nenhuma resposta foi dada. Os alunos deixaram o espaço em branco. Essa situação surpreendeu minha aluna e a levou a questionar os seus alunos: Como vocês não sabem que o telefone faz *trimmmmmmmmm* e o relógio faz *tic-tac*? Os alunos em uníssono disseram: “Mas professora, meu telefone não faz *trimmmmmmmmm* e, sim, *Hello Moto!* E o meu relógio não faz barulho algum”. Creio que essa pequena narrativa constitui uma espécie de representação metonímica do que vem acontecendo nas aulas de língua portuguesa da escola brasileira.

Neste texto, com base na análise do discurso de orientação francesa, buscamos, num primeiro momento, refletir sobre a possibilidade de um tratamento discursivo dos adjuntos adverbiais; num segundo momento, refletimos sobre a possibilidade de um tratamento discursivo das orações subordinadas adverbiais concessivas, pensando-as não mais em termos de elementos que instauram fenômenos de tempo ou de concessão na língua, mas como índices de historicidade, ou seja, lugares discursivos em que o discurso se ancora mais fortemente na língua, deixando entrever o posicionamento ideológico do sujeito enunciador; por último, muito rapidamente, refletimos sobre a necessidade de incorporação de um tratamento didático desses elementos no ensino do português com o objetivo de formarmos leitores mais atentos à fabricação de consensos pela mídia. Elegemos como *corpus* para esse estudo três textos distintos: uma música, uma manchete de jornal impresso e uma manchete de jornal *on line*.

#### O TEMPO NA ENUNCIÇÃO E NO DISCURSO

A música *João e Maria*, de Chico Buarque, constitui o ponto de partida para a nossa reflexão sobre o funcionamento discursivo dos adjuntos adverbiais. Mais detidamente tomo para análise o adjunto adverbial “agora”, fartamente dado a circular nessa música de Buarque de Holanda.

*João e Maria*

Agora eu era o herói  
E o meu cavalo só falava inglês  
A noiva do cowboy  
Era você  
Além das outras três  
Eu enfrentava os batalhões  
Os alemães e seus canhões  
Guardava o meu bodoque  
E ensaiava o rock  
Para as matinês

Agora eu era o rei  
Era o bedel e era também juiz  
E pela minha lei  
A gente era obrigada a ser feliz  
E você era a princesa  
Que eu fiz coroar  
E era tão linda de se admirar  
Que andava nua pelo meu país

Não, não fuja não  
Finja que agora eu era o seu brinquedo  
Eu era o seu pião  
O seu bicho preferido  
Sim, me dê a mão  
A gente agora já não tinha medo  
No tempo da maldade  
Acho que a gente nem tinha nascido

Agora era fatal  
Que o faz-de-conta terminasse assim  
Pra lá desse quintal  
Era uma noite que não tem mais fim  
Pois você sumiu no mundo  
Sem me avisar  
E agora eu era um louco a perguntar  
O que é que a vida vai fazer de mim

*Chico Buarque, 1977*

Já no primeiro verso, o “agora” é textualizado: “Agora eu era o herói”. É possível observar nesse enunciado que o elemento “agora”, originariamente concebido pelas gramáticas tradicionais de língua portuguesa, do ponto de vista morfológico, como um advérbio de tempo ou também como conjunção em certos usos e, do ponto de vista sintático, como um adjunto adverbial de tempo. Sua função nesse caso é modificar o sentido do verbo “ser”, reescrito em “era”, atribuindo-lhe uma circunstância de tempo; ele funciona exprimindo uma concomitância não em relação a um marco temporal pretérito, como era de se esperar de um verbo no passado, mas em relação ao momento atual.

Numa leitura pouco atenta, é possível afirmar que esse tipo particular de concomitância instaura certa contradição de sentido. Falamos em contradição, uma vez que se trata de um elemento geralmente empregado para indicar uma circunstância de tempo presente, que modifica o sentido do verbo também no presente que o acompanha. Entretanto, o tempo verbal empregado no enunciado é o passado – ou, para ser mais preciso, o pretérito imperfeito. Com base nessa leitura pouco atenta, teríamos então um adjunto adverbial “agora” que indica uma circunstância de tempo presente modificando o sentido de um verbo “era” no pretérito imperfeito. Desse ponto de vista, teríamos um problema de ordem semântica, pois “Agora eu era o herói” estabelece uma relação de sentido entre termos – “agora”, tempo presente, e “era”, tempo passado – que indicam circunstâncias temporais contraditórias.

Ademais, segundo as gramáticas tradicionais, o verbo no pretérito imperfeito é empregado para: “evocar a noção de continuidade, de processos que aconteciam no passado de maneira habitual ou constante; reportar circunstâncias e o ambiente em que se desenvolviam as ações no momento em que se situa a narrativa; fazer um pedido de maneira polida e expressar um processo em desenvolvimento quando da ocorrência de outro” (Campos, s.d.). O caso em análise não se enquadra em nenhum dos empregos anteriores. Para fugir desses problemas, o “correto” seria dar outra configuração para o enunciado, transformando-o em “Agora eu sou o herói”. Nesse caso, “harmonizaríamos” o enunciado, deixando idênticos os momentos de referência e de enunciação.

Entretanto, se reconfigurarmos o enunciado, deixamos de descrever e explicar o funcionamento linguístico-enunciativo do “agora”. É preciso aprofundar um pouco mais essa discussão sobre o emprego do

“agora”, descrevendo e explicando não apenas a sua “presença física” no enunciado – na materialidade linguística –, fazendo coincidir os momentos de referência e de enunciação, mas também as condições enunciativas do seu emprego. Assim procedendo, verificaremos que a leitura anterior não se sustenta. E não se sustenta pelo fato de ela não considerar que há, por exemplo, um sujeito que coloca esse elemento no interior de um enunciado e esses dois em funcionamento. O sujeito aí é entendido não como o sujeito da frase – de quem (ou do quê) fala o verbo – das gramáticas tradicionais, mas como um “eu” enunciador que se apropria do sistema linguístico e transforma esse sistêmico da língua – as suas regularidades fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas – em discurso.

Colocado em discurso por um enunciador situado num espaço, o tempo “agora” deixa de estar submetido a uma ordem lógica da língua, que estabelece uma relação direta entre as palavras e as coisas num tempo cronológico, e passa a ser condicionado pela ordem do enunciativo, da história. Ademais, no entendimento de Fiorin, os advérbios de tempo, “articulam-se em um sistema enunciativo e enuncivo. Aquele centra-se no momento de referência presente, idêntico ao momento da enunciação; este organiza-se em torno de um momento de referência (pretérito ou futuro)” (1996, p. 162). A esses momentos enunciativo e enuncivo de referência, segundo Fiorin, “aplica-se a categoria topológica *concomitância versus não concomitância (anterioridade versus posterioridade)*” (ibid.).

Assim, a circunstância de tempo estabelecida entre o “agora” e o “era” no enunciado em questão – e, por extensão, em toda a música – não é mais relativa a um tempo real, cronológico, com começo, meio e fim, mas a um tempo em que os limites inicial e final são imprecisos. Trata-se, na verdade, de uma marcação temporal com valor de presente que, além de situar o evento do qual fala em relação ao momento em que fala, circunscrevendo-os em momentos distintos, cria um evento num tempo ficcional. Esse tempo ficcional é reforçado em toda a música pelo emprego dos verbos no pretérito imperfeito – enfrentava, guardava, ensinava. Instaura-se então um tempo irreal, hipotético, em que o enunciador, ao mesmo tempo em que “enfrentava os batalhões, os alemães e seus canhões”, guardava o seu “bodoque e ensaiava o rock para as matinês”. Os verbos “enfrentava”, “guardava”, e “ensaiava”, todos no pretérito imperfeito, exprimem uma concomitância não em

relação a um marco temporal pretérito, mas ao agora. Esses verbos, embora pertençam ao modo indicativo, modo que o falante utiliza para situar a ação na realidade, ao situarem os fatos no passado, realizam o que os semioticistas chamam de embreagem, um procedimento enunciativo que, nesse caso, usa o tempo que destaca os fatos do presente para expressar acontecimentos destacados da realidade.

Desse modo, levando-se em consideração o momento histórico em que a música foi produzida, a década de 1970, período dos anos de chumbo da ditadura militar no Brasil – “agora era fatal que o faz de conta terminasse assim; pra lá desse quintal...” –, o tempo instaurado pelo adjunto adverbial “agora” e pelos verbos no pretérito imperfeito, é o tempo mítico, do desejo da liberdade de expressão, da democracia, perdidas com o golpe militar de 1964: “E você era a princesa que eu fiz coroar, e era tão linda de se admirar, que andava nua pelo meu país”. Esse é o desejo do poeta e de milhões de brasileiros à época, textualizado em forma de metáfora, na figura de uma linda princesa, de que a democracia volte ao país sem nenhuma roupagem que a censure.

Esse tipo de tratamento semiótico à questão do tempo apesar de bastante pertinente não dá conta de mostrar que algumas marcas linguísticas temporais, tal como o “agora” no enunciado em questão, podem funcionar em determinado discurso como uma palavra de discurso, isto é, como um operador argumentativo que orienta o interlocutor para uma dada conclusão em detrimento de outras. Como explica Ducrot a respeito dos operados argumentativos:

A significação [...] contém, sobretudo, em nossa opinião, instruções dadas àqueles que deverão interpretar o enunciado da frase, solicitando-lhes que procurem, na situação de discurso, este ou aquele tipo de informação para utilizá-la desta ou daquela maneira para reconstruir o sentido visado pelo locutor. (1980, p. 144)

No nosso entendimento, o “agora” em “agora eu era o herói” ou em “agora eu era o rei”, por exemplo, funciona como um operador argumentativo, pois ele constitui uma espécie de indicação de sentido dada pelo locutor para que o interlocutor reconstrua o sentido visado pelo locutor. Em outros termos, o locutor do enunciado se utiliza do “agora”, instaurando uma perspectiva enunciativa na qual esse locutor se apresenta como um locutor enquanto ser no mundo ou I, na

terminologia de Ducrot (1980), para conduzir o interlocutor a concluir que ele, locutor, enquanto ser no mundo é o único indivíduo capaz de se transformar em alguém que possui poderes para “enfrentar os alemães e os seus canhões” ou para “coroar uma princesa”.

O tratamento argumentativo sugerido à questão do tempo não é capaz de mostrar que as marcas linguísticas temporais podem funcionar em determinado discurso como índices de historicidade. Ou seja, elas podem funcionar como lugares em que o discurso se ancora mais fortemente na língua, deixando menos opaca a sua filiação ideológica. Para esse outro mirante de análise do discurso, a linguagem não ocorre em um vácuo social; portanto, textos orais, escritos e multimodais não têm sentido em si mesmos, e sim interlocutores (escritores e leitores, por exemplo), situados no mundo social com suas variedades de língua, ideologias, valores, projetos políticos, histórias e desejos, construindo seus significados para agirem na vida social. Assim, diferentemente do que se pode depreender por conta da concepção de língua que fundamenta as gramáticas normativas de língua portuguesa, a língua não é uma variante antropológica destituída de historicidade.

# FOLHA DE S. PAULO

EDITOR DE REDAÇÃO OTAVIO FRASS-FILHO

SÁBADO, 5 DE ABRIL DE 2008  
ANO 48 • Nº 20.621

EDIÇÃO DO DIA: R\$ 1,00 • CIRCULAÇÃO: 1.000.000

## Dilma agora fala em espionagem

Ministra levanta hipótese de invasão de computadores do Planalto para montagem de dossiê e se diz maior vítima



Em entrevista, Dilma explica exemplar da Folha com reportagem sobre a montagem de dossiê com despesa de ex-presidente FHC

A ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) levantou a hipótese de invasão dos computadores do Planalto para a montagem de dossiê com despesa de ex-presidente FHC. Ao falar sobre reportagem da Folha com cópia do dossiê extraído da Casa Civil, Dilma se disse a maior vítima do caso e insistiu na veracidade das informações do banco de dados armazenado no órgão. Para ela, é mais provável que o governo do então ex-Casa Civil tenha se apropriado do banco de dados.

“Com a publicação deste material na Folha, foi por terra a tese de que a Casa Civil fez um dossiê para chantagem ou incriminar”. Disse ainda que o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, ligado à pasta, estava na investigação.

Para Dilma, o fato de a Folha ter retirado o relatório que os arquivos foram extraídos da base de dados do Planalto revela que pode ter havido montagem. A ministra vice-protetora do ministério da Justiça.

**ELABORAÇÃO**  
PT também usou dossiês quando estava na oposição

**PF investigará se houver pedido formal, diz Tarso**

O ministro Tarso Genro (Justiça) disse que, caso haja pedido formal de autoridade, mandará a Polícia Federal investigar a responsabilidade pelo vazamento do dossiê sobre gastos de Tri-

Para deixar menos árido o que estamos dizendo, tomemos outro exemplo, da mídia impressa, desta vez o enunciado *Dilma agora fala em espionagem*, publicado na *Folha de S. Paulo*, em 2008. Se fossemos fazer uma análise sintática monológica dessa frase, teríamos “Dilma” como sujeito da oração; “agora fala em espionagem” como predicado e “agora” como um adjunto adverbial de tempo, cuja função sintática é modificar o sentido do verbo “falar”, atribuindo-lhe uma circunstância de tempo.

De acordo com as gramáticas tradicionais, instrumento linguístico que fundamenta a compreensão da grande maioria das nossas escolas em relação ao ensino de língua, os adjuntos adverbiais são termos acessórios da oração, ou seja, a sua retirada não acarretaria prejuízo à estrutura da frase. Desse ponto de vista da estrutura oracional, portanto, tanto faz o jornal dizer em sua manchete de capa: *Dilma agora fala em espionagem* ou *Dilma fala em espionagem*, visto que, nos dois casos, teríamos uma oração estruturalmente completa. Todavia, o enunciado em análise, sem o adjunto adverbial “agora”, não teria o mesmo significado, pois a circunstância expressa por ele incide não apenas sobre o elemento verbal que o acompanha, mas sobre todo o enunciado.

Observe-se, contudo, que a presença do “agora” incide não apenas sobre o enunciado textualizado; incide também sobre uma voz que fala antes. Remete a um discurso anterior, *a algo que foi pensado antes, independentemente, em outro lugar*; remete a uma memória do dizer que é trazida materialmente para a frase. Ou seja, o “agora” estabelece não apenas uma cronologia, uma relação temporal entre um dizer presente e um dito passado, mas se constitui num índice de historicidade, isto é, no ponto mesmo em que o discurso se ancora na língua para trazer a história à tona. História aqui entendida como a expressão dos anseios, ideais, concepções e valores dos grupos sociais em determinada época. Esse índice de historicidade é uma materialidade linguístico-discursiva na qual o enunciador jornalista, determinado pela instituição que representa, apoia-se, a fim de marcar a sua posição discursiva e, também, a posição discursiva do discurso anterior, com o qual polemiza. Trata-se de um caminho aberto na discursividade pelo qual o enunciador imprime a sua marca em forma de oposição ao discurso anterior, investindo de uma coloração própria o seu discurso, com o que deixa entrever a sua posição ideológica. Em outros termos, trata-se de um elemento linguístico-discursivo capital que marca um



confronto de vozes entre duas posições enunciativas: uma afirmando que “Dilma não admitia a existência e nem a autoria do dossiê” e a outra que “só agora Dilma admite a existência do dossiê e que ele é fruto de espionagem”. Essas posições em confronto nos mostram que os sentidos não estão colados às palavras, mas que são produzidos a partir de uma ferrenha disputa entre os interlocutores.

Numa visada analítica semelhante, visto que também privilegia a materialidade linguística como ponto forte de ancoragem no discurso, Alice Krieg-Planque (2003), ao analisar a fórmula “purificação étnica”, dada a circular durante os anos 1990 em diversos jornais franceses que tratavam dos conflitos étnicos da antiga Iugoslávia, defende haver em todo discurso lugares discursivos que

[...] testemunham o modo como os autores aí se situam para proferir um discurso (sobre as guerras iugoslavas ou sobre qualquer outro assunto). Para organizar suas falas, os comentadores se valem de marcas materiais (que relevam de uma materialidade discursiva), de pontos de ancoragem que elas partilham com outros locutores, mas que eles investem de uma maneira que lhes é própria (o que faz a especificidade de sua posição político-ideológica ou partidária). Os lugares discursivos são, de fato, materialidades nas quais os comentadores se apoiam para atribuir posições, a si mesmos e aos outros, os lugares pelos quais os locutores circulam, imprimindo sua marca de passagem (sob a forma de uma mudança semântica e/ou referencial, e também de derivação, de comutação, de inserção...), mas ao mesmo tempo deixando-os suficientemente intactos para que outros, por sua vez, possam reconhecê-los e neles ocupar seu lugar. (Ibid., p. 232)

No caso do “agora” no enunciado em questão acreditamos que se trata de um tipo particular de lugar discursivo, cujo funcionamento é diferente das fórmulas estudadas por Krieg-Planque (2003), uma vez que transforma uma marca temporal argumentativa em índice de historicidade, ou seja, um lugar discursivo que, por estabelecer uma relação conflituosa com um discurso anterior, prescreve um percurso de leitura para o leitor. Em outros termos, esse índice de historicidade, enquanto um ponto de ancoragem do discurso na língua, diferentemente dos lugares discursivos pensados por Krieg-Planque, impede que os leitores construam um percurso próprio de leitura. Ao deixar a sua

marca de passagem com o “agora”, o enunciador jornalista prescreve o lugar interpretativo que deverá ser ocupado pelo leitor. Ou seja, o de que em última instância “Dilma mentiu ao negar a existência do dossiê”. Assim, se os lugares discursivos de Krieg-Planque permitem que o interlocutor construa trajetos interpretativos diferentes do locutor, “deixando-os suficientemente intactos para que outros, por sua vez, possam reconhecê-los e neles ocupar seu lugar”, o índice de historicidade em análise, ao inscrever o leitor no trajeto interpretativo do enunciador, impossibilita que leitor e locutor ocupem lugares interpretativos distintos.

#### A CONCESSÃO NA LÍNGUA, NA ENUNCIÇÃO E NO DISCURSO

Na matéria divulgada no *site* do UOL em 21 de agosto de 2009, às 11,36 h, “Mercadante usa apelo de Lula para recuar na renúncia ao cargo de líder”, de Gabriela Guerreiro e Márcio Falcão, da *Folha Online*<sup>1</sup> de Brasília, é possível constatar a presença, entre outros, do seguinte fragmento: “Apesar de permanecer no cargo, Mercadante criticou a decisão do comando do PT de orientar os senadores da bancada pelo arquivamento de todos os processos contra o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), no Conselho de Ética”. É justamente sobre o enunciado concessivo “apesar de permanecer no cargo” que gostaríamos de tecer algumas considerações. Essas considerações estão fortemente alicerçadas no trabalho de Garnier e Sitri (2008).

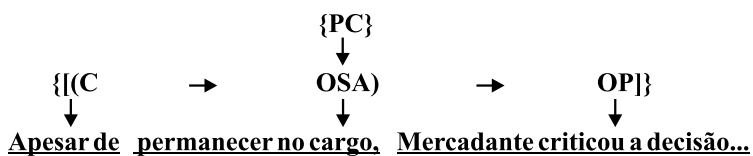
Ao longo da história dos estudos pré-linguísticos e linguísticos, retomando uma reflexão de Mattoso Câmara Júnior (1975, p. 76) sobre a história da linguística, a concessão, fenômeno linguístico de ordem sintática, tem sido estudada de diversos mirantes: gramática, retórica, linguística, entre outros.

Para a gramática, a oração concessiva – introduzida no período por uma conjunção concessiva do tipo *embora, se bem que, mesmo que, apesar de, ainda que* – é uma oração subordinada adverbial. Esse tipo de oração introduz uma circunstância adverbial de concessão em relação à oração principal. Ou seja, introduz um fato subordinado e contrário ao da ação principal de uma oração, mas incapaz de impedir que tal ação venha a ocorrer.

Esse tipo de enunciado, para a retórica, constitui uma figura de estilo por intermédio da qual se concede algo ao destinatário para melhor afirmar o ponto de vista defendido pelo orador; isto é, o orador concorda com o adversário em coisa passível de contestação com o objetivo de afirmar a sua tese.

Entretanto, para a linguística, o enunciado concessivo não apenas introduz uma circunstância adverbial em relação à oração principal, produzindo uma relação de conexão entre as duas orações, mas, por meio de diferentes perspectivas enunciativas que serão desautorizadas pelo locutor, estabelece entre as orações uma relação semântica que possui uma função argumentativa. Resumidamente, teríamos então, em relação ao enunciado que tomamos para a análise, os esquemas abaixo.

#### ESQUEMA 1. GRAMÁTICA



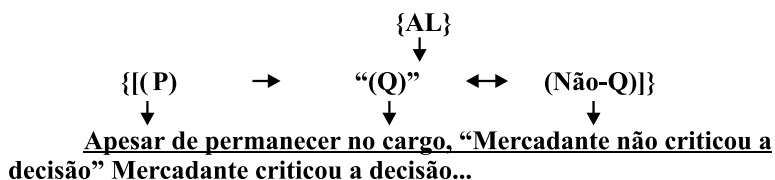
PC = período composto

C = conjunção concessiva

OSA = oração subordinada adverbial concessiva

OP = oração principal

#### ESQUEMA 2. RETÓRICA



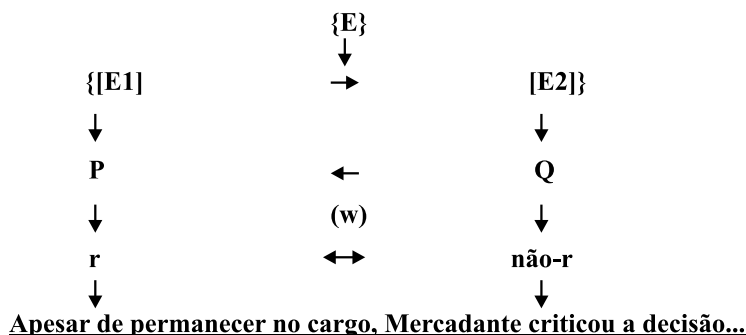
AL = ato de linguagem

P = argumento que orienta a conclusão

Q = conclusão esperada

Não-Q = conclusão dada

### ESQUEMA 3. LINGUÍSTICA



- E = enunciado
- E1 = enunciador 1
- E2 = enunciador 2
- P = argumento do E1
- Q = argumento do E2
- r = conclusão orientada
- não-r = conclusão (re)orientada

Todavia, poucos são os estudos que se debruçam sobre esse fenômeno linguístico de um ponto de vista discursivo. Cremos que é bastante pertinente abordar tal fenômeno discursivamente, pois essa visada possibilita pensar as relações conflituosas entre o linguístico e o histórico, ou entre a estrutura e o acontecimento. Em outros termos, a abordagem discursiva permite que se pensem os enunciados concessivos na sua relação ou com algo que veio antes, independentemente, em outro lugar, ou com saberes partilhados entre os membros de determinada comunidade.

No exemplo em análise, o enunciado concedido “Apesar de permanecer no cargo” se apresenta como a retomada de um discurso anterior amplamente divulgado por toda a mídia brasileira: a decisão de Aloizio Mercadante de recuar na renúncia ao cargo de líder do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado Federal, usando o apelo do presidente Lula. Trata-se, todavia, de uma retomada que não apresenta marcas explícitas do discurso primeiro no discurso segundo. É possível perceber, no entanto, que o enunciado concessivo em questão fornece

uma espécie de representação do discurso primeiro no discurso segundo. Ou seja, o discurso segundo retoma não só o fato de Mercadante ter permanecido no cargo de líder, mas também, e principalmente, o fato de ele, por um lado, ter recuado na decisão de deixar a liderança e, por outro, ter usado o apelo do presidente Lula como justificativa para o recuo de sua renúncia.

O que o enunciado concedido “Apesar de permanecer no cargo” está trazendo à tona não é simplesmente uma circunstância adverbial de concessão, ou uma suposta aceitação de um argumento do destinatário que seria usado para afirmar um ponto de vista do orador ou, ainda, a voz de um outro enunciador que seria desautorizada pela voz do locutor, mas, principalmente, o posicionamento ideológico de um sujeito diante da decisão de Mercadante.

Na verdade, trata-se de um posicionamento que qualifica negativamente a decisão do petista. Essa qualificação da forma da expressão produz, como um de seus efeitos, uma restrição à interpretação. Ou seja, podemos até questionar se Mercadante criticou a orientação das lideranças petistas pelo arquivamento das denúncias contra José Sarney, por exemplo, mas não podemos questionar, pela maneira mesmo como o enunciado concedido se apresenta, ao retomar os discursos anteriores, que Mercadante usou o apelo do presidente Lula para recuar da sua decisão de continuar líder do PT.

Acreditamos que a breve análise realizada com o enunciado concessivo acima evidencia que o discurso possui lugares nos quais se ancora mais fortemente na língua, deixando um pouco menos opaco o posicionamento ideológico dos sujeitos. No nosso entendimento, descrever/interpretar tais lugares discursivos é fundamental para a formação de leitores mais críticos.

## 1 BREVÍSSIMAS CONCLUSÕES

Do mirante do ensino de língua na escola, evidenciar aos nossos alunos a presença desse e de outros índices de historicidade nos discursos é fundamental para a formação de leitores mais atentos à fabricação de consensos pela mídia. Essa compreensão é extremamente importante no mundo altamente semiotizado da globalização, uma vez que possibilita situar os discursos a que somos expostos e recuperar sua

situacionalidade social ou seu contexto de produção e interpretação: quem escreveu, com que propósito, onde foi publicado, quando e quem era o interlocutor projetado; mas, acima de tudo, compreender que nem todos têm o direito à interpretação.

Levar em consideração os aspectos anteriormente mencionados tem uma implicação prática, porque permite trabalhar em sala de aula não com a falsa ideia de que língua se aprende ou desaprende por repetição ou pelo uso, mas com uma visão de linguagem que fornece elementos para os alunos aprenderem, na prática escolar, a fazer *escolhas ético-emancipatórias* entre os discursos que circulam. Isso possibilita, por exemplo, aprender a problematizar os discursos hegemônicos do monossertorialismo do agronegócio da soja (tão enaltecido em nosso estado e país) e do extrativismo irresponsável de nossos recursos naturais ou compreender por quais razões o discurso dominante não aceita outras variedades de língua diferentes da língua-padrão.

Creio que a historinha narrada no início desta fala, a qual infelizmente não é uma anedota, constitui, como já disse no início deste texto, uma representação metonímica do que vem acontecendo nas nossas escolas no tocante ao ensino do português: ensinamos o português desconsiderando completamente, entre outras questões, os avanços científicos e tecnológicos realizados pelo homem, o que implica silenciar sobre o fato de a língua ter uma relação umbilical com a história e com os sujeitos.

#### THE DISCURSIVE PERSPECTIVE OF SYNTAX IN TEACHING

#### ABSTRACT

In this article, based on Discourse Analysis from French orientation, we seek, in a first moment, reflect about the possibility of a discursive treatment from adverbial adjunct, and in a second moment discuss the possibility of understanding the concessive statements also from a discursive perspective. And finally, very quickly, we reflect on the need to incorporate a didactic treatment from these elements in teaching Portuguese with the objective of forming more alert readers to the consensus production made by the media.

KEY WORDS: discourse, syntax, adverb, concessive statement and media.

## NOTA

1 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u612987.shtml>.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *História da linguística*. Petrópolis: Vozes, 1975.

CAMPOS, L. Verbo, flexões: pessoa, número, tempo e modo. In: *UOL Educação*. São Paulo: *Folha de S. Paulo*, [s.d.]. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/portugues/verbo-3.jhtm>. Acesso em: 15 jun. 2010.

DUCROT, O. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

GARNIER, S.; SITRI, F. Problemas epistemológicos em análise do discurso: o caso do enunciado concessivo. In: BARONAS, R. L.; KOMESU, F. C. *Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

GUILHAUMOU, J. *História e linguística: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

KRIEG-PLANQUE, A. *Purification ethnique: une formule et son histoire*. Paris: CNRS, 2003.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 2. ed. Campinas: Pontes/Editora Unicamp, 1993.

MARANDIN, J-M. Syntaxe, discours du point de vue de l'analyse du discours. *Histoire, Épistémologie, Langage*, v. 15, n. 2, p. 155-177, 1993.

PÊCHEUX, M. A semântica e corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. *Análise do discurso: apontamentos sobre a história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.